



**XIII CONGRESO DE HISTORIA AGRARIA**  
**CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEHA**  
**XIII CONGRÉS D'HISTÒRIA AGRÀRIA**  
**CONGRÉS INTERNACIONAL DE LA SEHA**



Sesión 2  
Derechos de propiedad, desigualdades sociales y crecimiento  
económico. Los mundos ibéricos.

**Tierra y conflicto:**  
**La estructura agraria de la campaña riograndense en la dos últimas  
décadas del régimen esclavista en Brasil (1870-1890)**

Graciela Bonassa Garcia

Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

[gracielabg@yahoo.com.br](mailto:gracielabg@yahoo.com.br)



LA PAERIA

TIERRA Y CONFLICTO:  
LA ESTRUCTURA AGRARIA DE LA CAMPAÑA RIOGRANDENSE EN LA DOS  
ÚLTIMAS DÉCADAS DEL RÉGIMEN ESCLAVISTA EN BRASIL (1870-1890)

Graciela Bonassa Garcia

Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

[gracielabg@yahoo.com.br](mailto:gracielabg@yahoo.com.br)

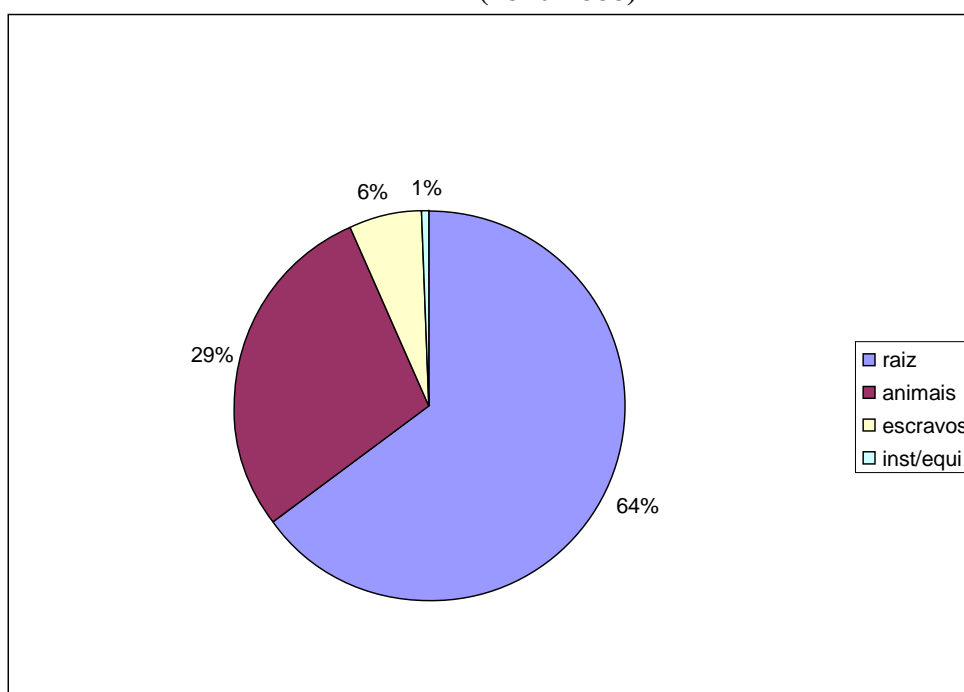
En Brasil, la esclavitud negra tuvo un aliento muy largo si se lo compara a los demás países americanos: el régimen esclavista vigoró hasta 1888. Distintas actividades productivas dependían de la mano de obra cautiva y la misma estaba difundida entre todos los grupos sociales. En la actividad pecuaria realizada en el sur de Brasil eso no fue diferente y, en la medida que el esclavismo entraba en crisis, era necesario buscar alternativas a los brazos esclavos que escaseaban. En este trabajo se busca investigar la estructura agraria de la Campaña riograndense (región ubicada en la frontera sur de Brasil) en la dos últimas décadas del régimen esclavista (1870-1890). Fue justamente en la década que antecedió el fin de la esclavitud que el proceso de cercamiento de los campos en la región tomó aliento. Ese será, por lo tanto, un periodo de profundas transformaciones en la estructura agraria de la región: el fin inminente de la esclavitud, junta y paralelamente al comienzo del proceso de cercamiento de los campos, redefinirá los patrones de trabajo y propiedad vigentes hasta entonces. Buscar la explicación para esas transformaciones, sus motivaciones y consecuencias es el objetivo central de este trabajo.

Palabras-clave: conflictos de tierra, estructura agraria, cercamiento de los campos, esclavitud rural, derechos de propiedad.

## Dos campos e da pecuária: a estrutura agrária da Campanha riograndense<sup>1</sup>

Ao analisarmos a estrutura agrária da Campanha riograndense<sup>2</sup>, nas duas últimas décadas do Império (1870-1888), percebemos já os sinais de esgotamento do regime escravista no Brasil. Os escravos, que na não tão distante década de 1830 comprometiam 17% do patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais<sup>3</sup>, passam a ocupar módicos 6%. Já a terra reina absoluta. Os bens de raiz comprometem 64% dos investimentos de um produtor rural do período, em média. Mais da metade do valor de um estabelecimento está na terra. Nada menos do que 57% do valor médio de uma unidade produtiva reside nos seus campos, excluídas as benfeitorias. A terra é o bem mais valioso e também de muito difícil acesso: 21% da população inventariada não legou nenhum pedaço mínimo de campo para seus filhos. Simplesmente não possuíam terras, apesar de possuírem rebanho ou outros bens rurais que motivaram a abertura de um inventário *post-mortem*.

**Gráfico 1**  
**Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo**  
**(1870-1888)**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Este trabalho é parte da tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Ver: GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, Trabalho e Propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*, Niterói, UFF, 2010. Tese de Doutorado (mimeo).

<sup>2</sup> A região da **Campanha rio-grandense** localiza-se na fronteira-oeste do Rio Grande Sul, estado mais meridional do Brasil, um espaço ao mesmo tempo de encontro e limites entre Brasil, Argentina e Uruguai. Sua localização, entendida no processo histórico de disputa por territórios entre as coroas portuguesa e espanhola ao longo do período colonial, explica, em parte, o grande número de enfrentamentos bélicos das quais esse território foi palco. Explica também a sua tardia incorporação à Coroa portuguesa, realizada somente em 1801.

<sup>3</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

<sup>4</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil. Doravante APERS.

A estrutura agrária da região da Campanha rio-grandense, portanto, ao longo do período analisado e ainda hoje, é profundamente desigual. Os maiores criadores são extremamente minoritários e concentram quase todo o rebanho dos municípios. A partir da constatação da permanência da concentração de grandes rebanhos em mãos de poucas famílias, ao longo de todo o período imperial (1822-1889), podemos inferir a adoção exitosa de estratégias de reprodução social por parte destes grandes criadores. No entanto, não se garante pacificamente a apropriação desigual de terras e rebanhos. Se, por um lado, grandes proprietários buscaram garantir a concentração dos meios de produção, por outro, a maioria dos membros dessa sociedade, aliados da propriedade, buscavam também traçar estratégias para garantir sua sobrevivência de forma autônoma. Os conflitos desencadeados a partir dos interesses divergentes de cada grupo social são especialmente caros a este trabalho, por revelarem as diferentes concepções de justiça e direito que estavam em jogo naquele momento.

O estudo do mundo rural platino avançou muito nas últimas duas décadas, em especial devido ao grupo de historiadores ligados à Universidad de Buenos Aires e Universidad Nacional de La Plata: Jorge Gelman<sup>5</sup>, Juan Garavaglia<sup>6</sup>, Carlos Mayo<sup>7</sup>, Raúl Fradkin<sup>8</sup>, entre outros. A partir de suas investigações podemos contar com uma historiografia que já não reduz a zona rural da Campanha de Buenos Aires, Colônia de Sacramento e demais províncias do Uruguai e Argentina a um espaço monolítico de grandes estâncias onde trabalham peões livres. Uma complexa sociedade é trazida à luz a partir destas obras: escravos na pecuária, pequenos camponeses, posseiros, ordens religiosas proprietárias de terra, recebedores de mercês da Coroa espanhola que nunca cumpriram com as exigências legais de medição e demarcação. A partir desses trabalhos, o *gaucho*, marca identitária do Prata, passa a ser questionado em sua idealização de homem absolutamente livre, assim como a forte presença de peões negros é demonstrada, os quais aparecem às centenas nos inventários *post-mortem* de criadores de gado.

A existência de um universo rural mais complexo que a dicotomia estancieiro-peão na Campanha rio-grandense fora, a exemplo da historiografia platina, durante muito tempo, também rejeitada pelos historiadores dedicados ao estudo Rio Grande do Sul. Fernando

---

<sup>5</sup> GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998; GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, peones, gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores en una estancia colonial rioplatense. In: SANTAMARÍA, Daniel et alii. *Estructuras Sociales y mentalidades en América Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: FSR, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279.

<sup>6</sup> GARAVAGLIA, J. C. Ecosistemas y tecnología agraria. Elementos para una historia social de los ecosistemas agrarios rioplatenses (1700-1830). *Desarrollo Económico*. 112 (28), Buenos Aires, 1989; GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las 'estancias' en la campaña de Buenos Aires: los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. (Org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires, CEAL, 1993; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

<sup>7</sup> MAYO, Carlos A.. Gauchos negros: los esclavos de la estancia colonial. In.: *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995. p. 135-150.

<sup>8</sup> FRADKIN, Raúl. La experiencia de la justicia: estado, propietarios y arrendatarios en la campaña bonaerense. In: *La fuente judicial en la construcción de la memoria*. Buenos Aires: Suprema Corte de Justicia/ Universidad Nacional de Mar del Plata, 1999; FRADKIN, Raúl. Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la historia regional. In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE Gabriela Dalla (ed). *Lugares ara la Historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora/Editorial de la Universidad de Rosario, 2005.

Henrique Cardoso<sup>9</sup>, usando relatos de viajantes e, em especial, os de Saint-Hilaire<sup>10</sup>, reconheceu a importância da escravidão nas charqueadas, mas rejeitou a existência de escravos na pecuária. Desde então, muitos trabalhos inspiraram-se em sua obra e, por não recorrerem a fontes primárias tais como inventários *post-mortem*, por exemplo, não puderam avançar no debate acerca da mão-de-obra na pecuária, atividade produtiva predominante na região da Campanha rio-grandense.

Paulo Zarth<sup>11</sup>, em 1988, pioneiro na pesquisa em História Agrária no Rio Grande do Sul, ao investigar diversas fontes primárias não só apontou para a existência deste tipo de mão-de-obra, como enfatizou esta lacuna na historiografia. Além de Paulo Zarth, que se debruçou de forma mais intensa sobre a região norte do estado, mais recentemente, outros historiadores gaúchos, ao investigarem a fronteira meridional do Brasil, perceberam semelhanças muito grandes entre seu recorte espacial e as regiões investigadas pela historiografia uruguaia e argentina recente. Entre estes autores, encontra-se Helen Osório<sup>12</sup>, que investigou o povoamento e a estrutura agrária da Província do Rio Grande de São Pedro no período colonial. Também minha pesquisa de mestrado<sup>13</sup>, desenvolvida sob sua orientação, pode ser incluída em uma geração mais recente na historiografia gaúcha, a qual privilegia, dentro da temática da História Agrária, a abordagem do povoamento, bem como das transformações na estrutura fundiária e produtiva, a partir da ênfase nos conflitos sociais. Luiz Augusto Farinatti, ao investigar a elite agrária do município de Alegrete no período de 1825 a 1865, também pôde perceber a diversidade social daquela sociedade, que tinha como principal atividade produtiva a pecuária trabalhada de forma combinada por escravos e peões livres<sup>14</sup>.

Antes de avançarmos na análise da estrutura agrária da Campanha riograndense nas duas últimas décadas do período imperial, cabe abordar algumas questões relacionadas ao período anterior e principalmente expor brevemente o processo de povoamento e apropriação da terra na região.

Quanto ao povoamento da Campanha rio-grandense, podemos afirmar que o instituto de sesmarias, apesar de ter proporcionado a apropriação de vastas áreas de terras, teve um fôlego temporal muito curto. Em decorrência da tardia conquista deste território por parte da Coroa portuguesa, realizada apenas em 1801, as primeiras sesmarias só seriam concedidas na região a partir de 1810, praticamente às vésperas da extinção deste regime, em 1822<sup>15</sup>. Segundo Helen Osório, “logo iniciou-se a ocupação das terras conquistadas, mas sesmarias

---

<sup>9</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>10</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

<sup>11</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

<sup>12</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado (mimeo); OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo); OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul. 1765-1825*. XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica, Universidad Nacional del Comahue. San Martín de los Andes, Neuquén, 2004.

<sup>13</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

<sup>14</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<sup>15</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil. A gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2009.

somente seriam concedidas a partir de 1810, no governo de D. Diogo de Souza. Elas abrangiam, então, terras entre os rios Ibicuí, Ibirapuitã, Jaguari, Grapuitã, Santa Maria, Vacacaí<sup>16</sup>. As sesmarias foram solicitadas e recebidas no território que daria origem ao município de Alegrete em um curto período de doze anos.

Além da terra, os rebanhos oriundos da dissolução das estâncias missioneiras também puderam ser apropriados sem dispêndio monetário. No entanto, esta não era uma possibilidade aberta a todo e qualquer produtor rural que desejasse estabelecer-se na Campanha e tornar-se um grande criador de gado. Estava reservada aos considerados merecedores de receberem favores da Coroa, os sesmeiros, e força militar e econômica para ampliar seus domínios sobre terras, rebanhos e homens. Este era um momento propício para os que detinham as qualidades, relações pessoais e trajetórias necessárias para apropriarem-se de grandes rebanhos e muitos campos. Qualidades que incluíam disposição e poder para expulsar os que então habitavam aqueles campos. Os processos de despejo e ações possessórias referentes às primeiras décadas do período imperial revelam que famílias estavam estabelecidas naqueles campos<sup>17</sup>, dos quais foram expulsas e sobre suas posses legítimas estabeleceram-se muitas das primeiras sesmarias da Campanha.

Na década de 1830, o rebanho bovino médio de um produtor rural era de 2.492 cabeças, em média. Será então sobre este período que repousa a visão de uma Campanha recortada somente por grandes propriedades e imensos rebanhos? Uma região na qual a pequena propriedade nunca encontrou lugar, nem os pequenos criadores? Estrutura esta reservada à região norte da então Província do Rio Grande de São Pedro? Não. Essa média aritmética, como todas as outras, é somente uma ficção. Explica-se, em parte, pelo rebanho que Maria Joaquina da Silva legara a seus herdeiros, em 1839: nada menos do que 24.030 cabeças de gado vacum<sup>18</sup>. Mas é necessário trazer à tona a diversidade social que os dados médios ocultam. Se, por um lado, é evidente que existiam rebanhos imensos, como acabamos de citar, além de estabelecimentos compostos por muitas léguas de campo, por outro havia também pequenos produtores rurais. Na década de 1830, um em cada cinco dos produtores inventariados possuía menos de 100 cabeças de gado, o que para Jorge Gelman era insuficiente para garantir a subsistência de uma família sem que fosse necessário recorrer a outras formas de complementação de renda, leia-se empregar-se pelo menos sazonalmente em uma grande estância:

Tomando a aquellos que poseen hasta 500 animales [...], los más favorecidos, con 400 o 500 animales, tendrían un procreo anual de unas cien cabezas, con cuyo producto quizás pudieran mantener a duras penas a su familia. Por supuesto para aquél que poseía 20, 30, 100 cabezas, esto no podía ser más que un complemento de otras actividades agropecuarias propias y/o del conchabo estacional del jefe de familia y algún hijo mayor en las grandes estancias de la zona.<sup>19</sup>

Além de criadores de milhares de cabeças de gado e de modestos rebanhos de menos de 100 animais, encontramos estabelecimentos das mais variadas dimensões, que

---

<sup>16</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado (mimeo), p. 215.

<sup>17</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo).

<sup>18</sup> Inv. 62, mç. 4, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1839, APERS.

<sup>19</sup> GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998, p. 85.

diferenciam-se não só quantitativa, mas qualitativamente. Gado bovino, eqüino, ovino e muar, fortes e recorrentes indícios de agricultura, associados ou não aos de pecuária, casas de comércio na zona rural, escravos com as mais diversas profissões, libertos que deixaram o destino desejado dos seus bens em testamento, parentelas com investimentos diversificados, que incluíam terras e animais no Uruguai<sup>20</sup>, enfim, um universo rural que não se enquadra no estreito modelo explicativo Campanha-campos/grande propriedade/pecuária.

Essa diversidade social é ainda mais rica ao nos aproximarmos do fim do período imperial. Essa sociedade estava cada vez mais distante de um mundo rural de grandes propriedades e proprietários. Na década de 1870 os possuidores de menos de 100 cabeças de gado representam 1/3 da população inventariada. Se nos anos subseqüentes às primeiras doações de sesmarias na Campanha rio-grandense havia pequenos produtores rurais, alguns muito pobres - reconhecidos pelos seus pares como tal, a ponto do processo de inventário não ter prosseguimento a fim de que as custas não absorvessem a “insignificância da herança” -, às vésperas do fim do Império uma sociedade ainda mais complexa estava sendo gestada.

Portanto, a Campanha rio-grandense nunca se resumiu a um espaço monolítico de grandes estancieiros, peões e escassos escravos. Essa não é, felizmente, uma afirmativa isolada na historiografia sobre a região platina e o Rio Grande do Sul no século XIX. Outros autores, em trabalhos que tiveram como recorte espacial áreas destas regiões, também buscam comprovar que a escravidão no Brasil Meridional, ao contrário do que afirmou Fernando Henrique Cardoso nos idos da década de 1960, foi fundamental nas estâncias, grandes estabelecimentos dedicados à pecuária. Também a estrutura fundiária, durante longo período diretamente associada à localização dos estabelecimentos rurais no simplista e reducionista modelo explicativo campos-estâncias/ floresta-minifúndio já não encontra bases no acúmulo historiográfico das últimas décadas.

No entanto, não se trata apenas de modelos explicativos que se sucedem. A concepção de um universo rural dicotomizado entre campo e floresta ainda persiste, seja por comodismo, ignorância ou adesões a modelos explicativos que tendem a validar o latifúndio na Campanha rio-grandense, defendendo sua legitimidade a partir de sua existência desde sempre. Lourdes Grolli Ardenghi, em trabalho muito recente, revela o longo fôlego desses modelos explicativos, que priorizam a polarização espacial em detrimento da polarização entre classes:

As áreas de campo, ocupadas pela pecuária extensiva, constituíram o espaço privilegiado dos coronéis/latifundiários que controlavam o poder local, como representantes do castilhismo/borgismo. As áreas de mata, na fase inicial, constituíram-se em fator de atração para exploração da erva-mate, onde se instalou uma população cabocla, muitas vezes nômade, que se transferia para os locais onde predominavam os ervais nativos. Mais tarde, esse espaço foi ocupado por colonos de origem européia estimulados pelos processos de colonização que, em grande medida, ignoraram a presença da população cabocla.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Sobre o estabelecimento de estancieiros brasileiros no Estado Oriental, ver: SOUZA, Susana Bleil de. Propriedade rural na América Latina: a fronteira uruguaio-rio-grandense no século XVIII. In.: AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John Manuel (Orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.

<sup>21</sup> ARDENGHI, Lourdes Grolli. *A questão da terra na ocupação do Norte: caboclos, ervateiros e coronéis*. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3, Tomo 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul), p. 466. Sem grifos no original.

A polarização espacial, com base na vegetação e relevo como eixo explicativo do processo de apropriação da terra traz mais do que informações, traz silêncios profundamente significativos. Afirmar que a área dos campos, ou seja, a Campanha rio-grandense, era o espaço privilegiado dos latifundiários é reconhecer o seu poder local, com o qual não discordamos, mas é também negar a representatividade dos mais despossuídos naquela sociedade. Silenciar historicamente acerca de um grupo social é também uma forma de negar o seu direito à memória e à existência histórica. Uma estrutura agrária não se explica somente através da investigação dos que detêm o poder local. Pouquíssimas famílias concentravam a maior parte da terra e dos rebanhos na região, como veremos, mas a maioria esmagadora da população vivia em pequenas áreas de terra, com ou sem título legítimo, possuíam cabeças de gado em número insuficiente para garantir sua autonomia. Orbitavam entre as grandes propriedades em busca de trabalhos sazonais que garantissem a sua subsistência e a de suas famílias.

Outro aspecto que chama a atenção no trecho citado é a naturalização de termos concordantes com abordagens que, contrapostas à produção mais recente sobre a história do Rio Grande do Sul<sup>22</sup>, não se sustentam. Aliás, não é necessário se estar muito a par do que se vem produzindo nos últimos anos para evitar o uso do termo ocupação, quando se trata do choque entre os imigrantes de origem européia e os *caboclos*, na região norte do estado. Paulo Zarth, ainda em sua dissertação de mestrado, alertava para a violência que marcou esse processo<sup>23</sup>. Afirmar também que “os processos de colonização” (imagino que a autora esteja se referindo aos projetos de colonização), “em grande parte ignoraram”<sup>24</sup> a existência de caboclos é também silenciar acerca de toda uma política estatal que longe de ignorar a população cabocla, os expulsou das áreas florestais da província a fim de estabelecer as levas de imigrantes europeus que, diferente dos *lavradores nacionais*, receberam muitos estímulos para estabelecerem-se como camponeses na região.

Lourdes Grolli Ardenghi não representa uma voz dissonante na historiografia acerca do Rio Grande do Sul no que se refere ao processo de apropriação da terra. Ao contrário: está sendo citada aqui por, através de um trabalho muito recente, revelar em poucas linhas a influência de velhos modelos explicativos sobre a historiografia atual.

Por conta disso, ainda é pertinente e, mais do que isso, necessário, insistir no debate acerca da estrutura agrária da região, a qual não se resume a um espaço monolítico de grandes propriedades. A existência de uma expressiva camada da população vivendo em condições de miserabilidade e contando apenas com sua força de trabalho, poucas cabeças de gado e com a elaboração de estratégias de sobrevivência possíveis naquele universo rural é percebida ao longo de todo o século XIX. Homens e mulheres que, em alguns casos, não puderam nem mesmo ser expulsos de um pedaço de terra apropriado de forma instável, por nunca ter tido a possibilidade deste acesso, tendo passado suas vidas a orbitar em torno das grandes propriedades a fim de garantir o seu sustento e de suas famílias.

---

<sup>22</sup> Ver: SILVA, Marcio Antônio Both . *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região da mata do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Niterói: UFF, 2009. Tese de doutorado (mimeo). SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado (mimeo). CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriação e expropriações de terra na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. Dissertação de mestrado (mimeo).

<sup>23</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

<sup>24</sup> ARDENGHI, Lourdes Grolli. *A questão da terra na ocupação do Norte: caboclos, ervateiros e coronéis*. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3, Tomo 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul), p. 466.

Apesar de necessária, a comprovação da existência de pequenos criadores, muitos deles sem nenhum palmo de terra sequer, não é suficiente. É necessário explicar esta estrutura agrária e, a partir dela, os limites e possibilidades que nortearam a ação dos grupos mais despossuídos da sociedade.

A fonte privilegiada para a análise das questões apontadas acima é o inventário *post-mortem*. Este privilégio deve-se à convergência entre suas possibilidades de uso e as questões às quais se pretende responder. A fonte é rica em informações no que se refere ao patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais, existência e dimensão dos diversos rebanhos, propriedade ou não da terra, atividades produtivas desenvolvidas, bem como a transformação destes quesitos ao longo do período analisado. Mas não só de aspectos quantitativos é composto um inventário *post-mortem*. A concepção de propriedade e suas formas de transmissão, a precisão ou imprecisão na declaração da extensão e localização das terras legadas, bem como discordâncias entre herdeiros a respeito da declaração ou avaliação dos bens são aspectos muito interessantes a serem considerados, motivo pelo qual estivemos atentos a eles na etapa de fichamento da documentação.

Muitos autores já alertaram sobre um dos principais aspectos do inventário *post-mortem*, o qual decorre de sua natureza de produção. Este processo é aberto com o único e exclusivo objetivo de avaliação e partilha de bens. Isso significa, antes de tudo, que os que pouco tem a legar dificilmente poderão ser representados através desta fonte. Entre os inventários das décadas de 1870 e 1880 analisados, um não teve prosseguimento após os herdeiros informarem que o inventariado “morrera em absoluta miséria na cadeia de Alegrete”<sup>25</sup>. Alfredo Nunes de Miranda legou apenas 3 cavalos à sua viúva e a seu filho de 1 ano de idade, apenas 15 libras esterlinas. Esse foi o menor patrimônio legado na década de 1880, segundo nossa amostragem<sup>26</sup>. David Antônio Centeno deixou, pelo menos, um registro documental que nos informa sobre sua existência. Possuía um pequeno rebanho de 31 cabeças de gado, entre os quais 18 bovinos. Além disso, um par de arreios e uma pequena chácara<sup>27</sup> nos subúrbios da cidade, cuja extensão desconhecemos, mas que era insuficiente para a manutenção e reprodução do rebanho, conforme informa seu inventariante:

---

<sup>25</sup> Inv. 297, mç. 23, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1870, APERS.

<sup>26</sup> Inv. 572, mç. 43, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1888, APERS.

<sup>27</sup> “(...) O termo *chacra*, na região do Rio da Prata, refere-se à pequena propriedade dedicada especialmente à agricultura, mas algumas vezes também pode designar unidades mistas, tendo como atividade complementar a pecuária, porém em pequena escala. Na campanha de Buenos Aires, durante o período colonial, as *chacras* eram, em geral, menos valorizadas do que as *estancias*, mas não representavam, necessariamente, unidades de baixo valor, chegando a ter mais da metade do valor médio de uma *estância*. Dedicadas principalmente à atividade agrícola, em especial à produção de alimentos para suprimento do mercado consumidor urbano, grande parte do valor das *chacras bonaerenses* residia em suas árvores, cercados, edifícios e instrumentos agrícolas, contrapondo-se, neste sentido, às *estancias*, grandes unidades produtivas nas quais os animais representavam o valor mais importante em relação ao total de seu patrimônio produtivo. No Rio Grande do Sul, o uso do termo ‘chácara’ na documentação do período colonial refere-se, juntamente com as designações ‘campo’, ‘data de terras’ e ‘sítio’, às menores e menos valorizadas propriedades rurais. E, a exemplo das *chacras* da campanha de Buenos Aires, também se diferenciavam das grandes *estancias* por serem unidades produtivas menores, nas quais viviam os setores menos abastados dos produtores rurais. Essas unidades dedicavam-se principalmente à produção agrícola, mas também à criação de animais, ainda que em menor escala do que as *estancias*. (...)”. GARCIA, Graciela Bonassa. Chácara. In: MOTTA, Márcia (org). *DICIONÁRIO DA TERRA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

E porque os gados referidos estejam completamente magros e em risco de com a aproximação invernos morrerem alguns, e não tendo a herança campo onde os conserve e nem meio para pagar arrendamento de costeiro dos referidos gados, que pastam no logradouro público, vem o suplicante, para evitar a perda desses gados, que além do exposto constantemente fogem em busca de pasto, requerer licença para vender os animais.<sup>28</sup>

O inventariado possuía poucos animais, segundo a avaliação “em mau estado” e uma pequena chácara nos subúrbios do município de Quaraí. Para garantir a alimentação necessária ao seu pequeno rebanho, dependia das pastagens costeiras aos “corredores”<sup>29</sup> e estradas próximas a sua casa. David Antônio Centeno era muito pobre, mas certamente não o mais despossuído desta sociedade profundamente excludente onde a morte de centenas de homens e mulheres não gerou nenhum inventário que nos possibilite ter acesso à camada da população que possuía apenas as roupas e instrumentos de trabalho. Nenhum inventário revela esse perfil, mas podemos supor sua existência frente a um universo rural profundamente excludente.

No entanto, essa característica da fonte não descarta seu uso quando tentamos perceber a existência e a representatividade da camada mais pobre da população em uma dada sociedade. De forma aparentemente contraditória, é justamente essa característica da fonte que a torna adequada para a construção argumentativa que aqui se pretende. Se os inventários *post-mortem*, pela sua natureza de produção, sub-representam os mais pobres, encontrar através desta fonte um índice expressivo de inventariados que não legaram nenhuma cabeça de gado *vacum sequer* e/ou que foram explicitamente reconhecidos, no corpo do processo, aos olhos de seus contemporâneos, como “pobres”, constitui-se enquanto um argumento muito forte quando se pretende trazer à luz esta camada da população.

Com tudo isso queremos afirmar, enfaticamente, que não consideramos a sub-representação das camadas mais pobres da população como uma “falha” dessa fonte. Em primeiro lugar por não compartilhar do entendimento de que existam fontes com “falhas” e fontes “boas”. Entendemos que existem fontes adequadas ou não para um objeto de pesquisa. Para os objetivos aos quais esse trabalho se propõe o inventário *post-mortem* é uma fonte muito adequada. Suas lacunas, assim como as informações que traz, serão utilizadas como base para os argumentos a serem tecidos neste trabalho. Aos que ainda insistem em polarizar a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, do século XIX, como uma região ocupada ao sul, nos campos, por grandes proprietários, e ao norte, nas florestas, por pequenos produtores, nos contrapomos utilizando os inventários para tentar revelar a existência, na Campanha rio-grandense, de uma pobreza rural. Essa fonte a sub-representa. Uma vez que pudemos observar sua presença de forma expressiva através da análise dos inventários *post-mortem*, está comprovado que a Campanha não é uma região atípica onde a classe proprietária é numericamente majoritária.

Os pobres que hoje estão lá, alijados do acesso à terra, não são uma novidade do século XX. Lá estavam desde a fundação dos municípios analisados. Isso pode parecer uma obviedade, mas comprovado com base no uso massivo de fontes seriais é capaz de questionar o atual discurso lacunar em defesa do latifúndio na região, segundo o qual a grande propriedade surge com as sesmarias apenas (sem fraudes, apropriações indevidas e violência) e se justifica assim, legitimamente, até hoje. A polarização entre grandes e pequenos

---

<sup>28</sup> Inv. 6, mç. 1, Cartório da Provedoria, Quaraí, 1884, APERS.

<sup>29</sup> *Corredores* ou *corredores públicos* referem-se aos caminhos existentes na zona rural, as pequenas estradas que davam acesso aos estabelecimentos rurais.

produtores rurais não era espacial no Rio Grande do Sul. Eles compunham um mesmo espaço geográfico e social, no qual a desigualdade nas possibilidades de acesso aos bens de produção e as suas decorrentes relações de poder eram a tônica.

Após essa breve reflexão acerca dos limites, possibilidades e usos da fonte privilegiada, faz-se necessária uma exposição detalhada dos critérios de seleção da amostragem utilizada. Para fins deste trabalho serão analisados todos os inventários *post-mortem* referentes aos anos pares das décadas de 1870 e 1880 e, em alguns momentos, serão agregados também todos os processos existentes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul referentes à década de 1830<sup>30</sup>. Para fins de análise serial, foram descartados os inventários urbanos e os que não tiveram prosseguimento, os quais serão analisados qualitativamente ao longo do trabalho, sempre que pertinente. Isso resulta em uma amostragem de 277 inventários post-mortem, assim distribuídos no tempo: 45 da década de 1830, 82 da década de 1870, 125 da década de 1880 e 25 referentes somente ao ano de 1890.

Como este é um trabalho dedicado a investigar o universo rural da Campanha rio-grandense, foram desconsiderados todos os bens urbanos (casas, escravos, terrenos) que por ventura um produtor rural possuísse na cidade. Entre os bens rurais consideramos apenas os diretamente ligados à produção, ou seja, o patrimônio produtivo: terra, benfeitorias, escravos, rebanhos, instrumentos e equipamentos. Não ignoramos a dificuldade de diferenciação entre o rural e o urbano em um período tão recuado, pelo contrário, em muitos casos foi necessária uma análise muito detida sobre um único processo e o cotejamento com outras fontes para incluí-lo em uma categoria ou outra. Por outro lado, em um universo predominante agrário, uma minoria de processos foi excluída por esse motivo. Já entre os bens rurais, todos relacionados ao padrão de vida (residência, mobiliário, jóias) foram descartados, seleção que não apresentou problemas devido à gritante diferenciação entre estes bens e os que compõem o patrimônio produtivo<sup>31</sup>.

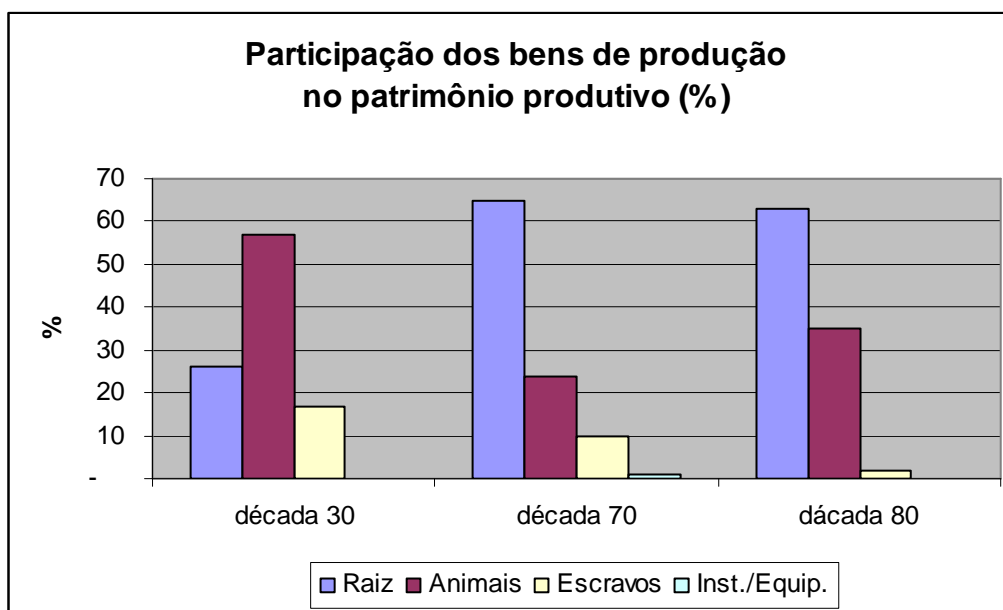
Passemos agora à análise da estrutura agrária da Campanha rio-grandense, nesse primeiro momento a partir da composição dos patrimônios produtivos nos diferentes períodos analisados. É mais ilustrativo dar início a essa explicação através do gráfico a seguir:

---

<sup>30</sup> O fichamento dos inventários *post-mortem* referentes a esta década, bem como os demais com data anterior a 1880, foi feito durante a realização de minha dissertação de mestrado, na qual desenvolvi análise detida da estrutura agrária do período e dos conflitos de terra na mesma região. Ver: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo).

<sup>31</sup> Rara exceção a esta regra é o uso, pelos mais afortunados, de instrumentos de montaria feitos de prata e, algumas vezes também ouro. É interessante observar que em um universo onde a pecuária é a principal atividade produtiva e o homem, seja ele o trabalhador direto (escravo ou peão livre), capataz (o qual também poderia ser escravo) ou o próprio proprietário do estabelecimento rural, desloca-se a cavalo, o adorno da montaria com metais preciosos fosse uma forte marca de diferenciação. Um grande estancieiro, possuidor de centenas ou milhares de cabeças de gado podia ter, na zona rural, uma casa apenas “forrada” e “não assoalhada” (ou seja, de chão batido), mas certamente não usaria em seu cavalo freios, bocais e demais arreios que não fossem de prata.

GRÁFICO 2



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Através do Gráfico 2 podemos perceber muitas transformações na composição do patrimônio produtivo da região analisada, ao longo do período imperial. Começamos pela comparação entre as décadas de 1830 e 1870: os bens de raiz passam a representar mais do que o dobro que representavam na década de fundação do município. Isso se explica, principalmente, pelo processo de mercantilização da terra. Se em 1830 a terra pouco ou nada valia (há oito anos era possível adquiri-la sem desembolso monetário algum, através das doações de sesmarias pela Coroa portuguesa), na década de 1870 não só seu valor aumenta vertiginosamente, como a possibilidade de estabelecer-se de forma instável em terras públicas ou “a favor” em terras alheias reduz-se consideravelmente<sup>32</sup>. Assim, para manter-se como criador de gado era necessário ter acesso à terra através da compra, o que exigiu a redução na dimensão dos rebanhos. Frente a um universo em rápida transformação (processo de mercantilização da terra e sua face jurídica, a Lei de Terras de 1850) os produtores rurais da Campanha reduziram seus investimentos em rebanhos, a fim de garantir o acesso, agora custoso, à terra. Isso que foi apontado até aqui explica o que podemos considerar praticamente uma inversão na composição do patrimônio produtivo entre os bens de raiz e os rebanhos. Na década de 1830, um produtor rural comprometia, em média, 26% de seu patrimônio em terras e mais da metade dele, ou seja, 57%, em rebanhos. Já na década de 70 essa relação mais do que se inverte: quase 2/3 do patrimônio produtivo está comprometido com a manutenção do acesso à terra (65%) e menos de 1/4 dele (24%) com os animais.

O único índice que se mantém é o que se refere a instrumentos e equipamentos. São décimos que separam o seu pequeno peso em ambos os períodos, o que não significa a ausência da agricultura na região e sim o baixo valor dos instrumentos agrícolas, que pouco onerava os patrimônios. Já o índice de comprometimento em relação aos escravos decresce consideravelmente: de 17% na década de 1830 para 10% na década de 1870. O regime

<sup>32</sup> Sobre esse processo, ver: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo).

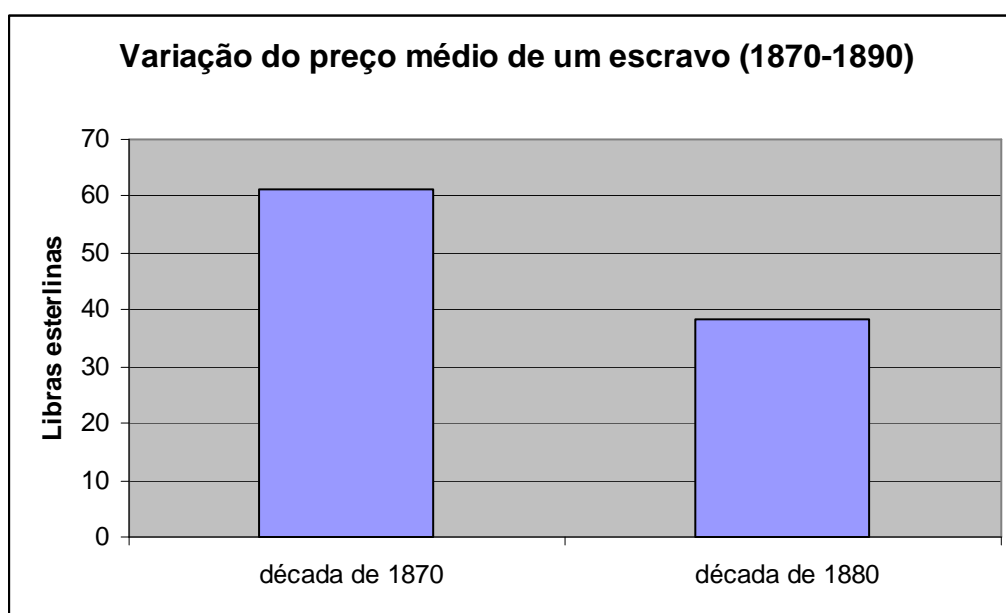
escravista já revelava seu cansaço. Em uma proporção bem inferior do que o revelado se compararmos os poucos anos que separam as décadas de 1870 e 1880. Passemos a essa comparação.

Se entre as décadas de 1830 e 1870 o peso dos bens de raiz no patrimônio produtivo mais que duplica, devido ao processo de mercantilização da terra e das diferentes possibilidades de acesso a ela nos diferentes períodos, a proporção deste bem de produção é a que se manterá mais estável entre as décadas de 1870 e 1880. Na primeira década, um produtor comprometia 65% de seu patrimônio em campos e benfeitorias. Esse índice praticamente se mantém na década seguinte, reduzindo-se em menos de 2%. O comprometimento com instrumentos e equipamentos também se mantém estável.

Porém, o mesmo não acontece com os animais. Os rebanhos, que na década de 1870 eram responsáveis por 24% do patrimônio produtivo de um estabelecimento, em média, passam a ocupar mais de 1/3 deste na década subsequente: 35%. Nada próximo aos 57% dos áureos tempos da década de fundação do município, momento no qual ainda era possível ter acesso aos rebanhos oriundos da dissolução do espaço missionário, ou seja, sem desembolso monetário. Mesmo assim é uma elevação alta para um espaço de tempo tão curto. Por que o patrimônio dos estabelecimentos rurais passou a ser comprometido nessa maior proporção, com o valor dos rebanhos? Se passarmos à terceira maior faixa de investimento na década de 1870, qual seja, a dos escravos, talvez possamos responder a esta questão.

Sobre a redução drástica na proporção do valor dos escravos no patrimônio incidiram vários fatores: em primeiro lugar a redução do preço médio do escravo, como podemos perceber através do gráfico abaixo:

**GRÁFICO 3**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul. APERS

O valor médio de um escravo cai 40% no período de apenas uma década. Para este cálculo consideramos todos os escravos avaliados, de ambos os sexos e todas as idades, desconsiderados apenas os com valor igual a zero (como os fugidos e os que os avaliadores “acharam nada valer” por serem muito doentes ou “imprestáveis para o trabalho”). Esse recorte coincide com a incidência do valor do escravo sobre a composição do patrimônio produtivo. Mas a redução de 10% para 2% dessa incidência em dez anos não se explica

apenas pela queda do preço dos cativos, mas também pela redução numérica entre as escravarias inventariadas na década de 1870 e na de 1880<sup>33</sup>. Agora basta apreendermos que na década de 1880 são alforriados centenas de escravos nos municípios analisados e que em um processo de 1884 encontramos a última herança onde um escravo foi legado. A partir deste momento, os escravos desaparecem dos inventários *post-mortem* da região. Temos então dois elementos para explicar a redução do valor dos escravos na composição dos patrimônios produtivos do período: a queda do preço dos cativos e a redução numérica de escravos legados em inventário.

Esses dois elementos, conjugados com a quase estabilidade da importância dos bens de raiz explica em parte a elevação da representatividade dos animais de 24% para 35% no patrimônio produtivo entre as duas décadas. Teriam os produtores rurais investido em rebanhos o capital antes comprometido em garantir a mão-de-obra escrava? Assim encontraríamos uma estrutura agrária transformada duplamente no período: produtores com menos escravos e maiores rebanhos. Mas para avaliarmos essa suposição é necessário compararmos os rebanhos médios de cada década.

A amostragem utilizada para fins deste trabalho inclui 82 inventários da década de 1870 e 125 inventários da década de 1880. Para chegarmos ao rebanho médio de cada década excluímos, evidentemente, os produtores rurais que não possuíam gado *vacum*. Estes são 7 no primeiro período e 27 no segundo. Considerando então somente o universo de inventariados possuidores de bovinos, temos um rebanho médio de 632 cabeças de gado *vacum* na década de 1870 e de 741 cabeças para a década seguinte. Isso equivale a um aumento de 14% sobre o rebanho médio de cada década. Mais do que o aumento numérico das cabeças de gado apreendidas através dos inventários entre as duas décadas, isso revela também uma maior concentração dos rebanhos: o índice dos que não possuem nenhuma cabeça de gado mais que dobra em uma década<sup>34</sup>. Mas há ainda um elemento a ser considerado: a variação do preço<sup>35</sup> dos animais entre os dois períodos. Passemos ao próximo gráfico.

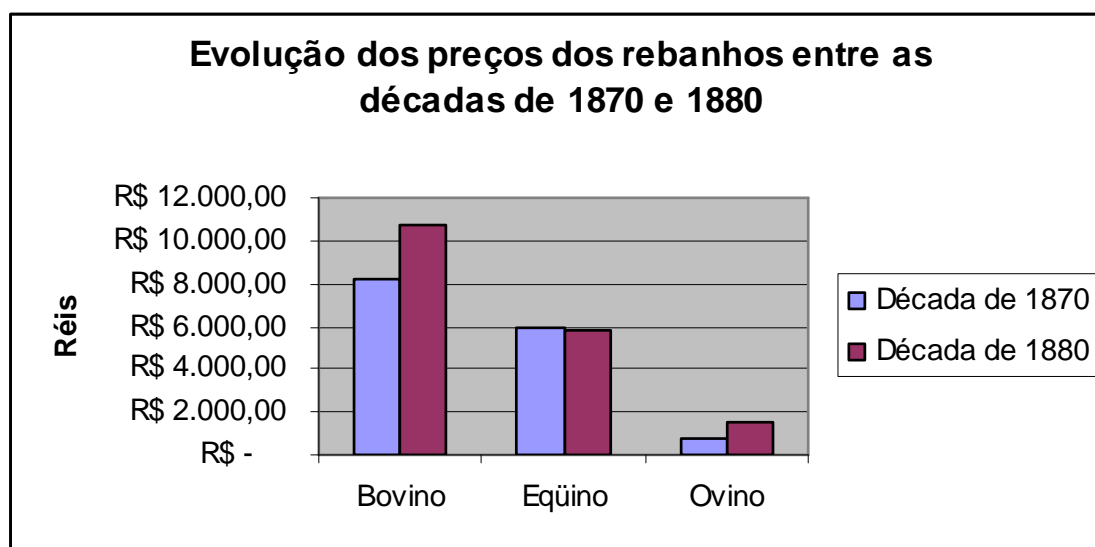
---

<sup>33</sup> Sobre esta temática, ver: GARCIA, G. B. (2010). *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*, Niterói, UFF. Tese de Doutorado (mimeo).

<sup>34</sup> Os produtores rurais sem gado representavam 9% dos inventariados na década de 1870 e passam a representar 21% no período seguinte.

<sup>35</sup> Para o cálculo da evolução do preço dos rebanhos, todos os valores foram convertidos para Libras Esterlinas e, posteriormente, deflacionados, tendo 1870 com ano base.

#### GRAFICO 4



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Como podemos observar, o preço médio de uma cabeça de gado bovino sofre um aumento de 31%. Com este dado, relacionado com os demais já apontados, percebe-se os motivos pelos quais os animais passam a representar mais do que 1/3 do patrimônio produtivo da década de 1880. Se, por um lado, resolvemos a questão inicialmente colocada, o gráfico acima nos coloca mais uma pergunta: porque o rebanho vacum sofre um aumento tão vertiginoso na década de 1880, frente à anterior? Vamos tentar responder a esta questão a partir dos dados dos próprios inventários *post-mortem*. Ao se avaliar qualquer bem, os responsáveis consideram o estado do mesmo. Uma carreta, por exemplo, dependendo do seu estado (se é velha, nova, se está quebrada) pode receber diferentes valores em um mesmo ano. O mesmo ocorre com os animais. Na avaliação somos informados se o gado está “em mau estado”, isso ocorre porque há na sociedade um consenso sobre quanto deve valer um boi manso ou uma légua de terra ou uma ovelha.

Em uma região de pecuária extensiva, como a da Campanha rio-grandense, com pouca ou nenhuma introdução técnica até a década de 1880, o valor do gado depende, acima de tudo, da qualidade do pasto e de um bom acesso à água. Depende que este gado não se “extravie”, distanciando-se do estabelecimento, o qual, lembremos, até finais da década de 1870 não possuía cercas. Enfim, depende de um bom pasto e um bom manejo. Mas é justamente no final da década de 1870 que começam a ser introduzidos diversos melhoramentos: novas raças de gado são trazidas da Europa e dos Estados Unidos, o cercamento dos campos permite que o gado se mantenha sempre “aquenciado”, facilitando seu manejo e alimentação. Além disso, novas forragens também começam a ser introduzidas. Pelo que podemos inferir através das fontes e bibliografia analisadas, esse gado sofre uma série de melhoramentos na década de 1880, os quais se refletem em sua qualidade e, conseqüentemente, em seu preço de mercado. Logicamente o aprimoramento da pecuária não é a única variável a incidir sobre a elevação do preço do rebanho bovino. Outras variáveis como a relação com o mercado consumidor do Prata e a política estatal de impostos sobre o comércio do gado também incidem sobre a flutuação de seu preço, mas esses elementos, apesar de sua importância, fogem aos objetivos deste trabalho.

Porque nas últimas páginas tratamos apenas da elevação do gado bovino e não da do ovino, ainda mais eloqüente, ou a pequena queda de 2% no preço médio de um equino?

Porque não incluímos muares no Gráfico 4? Acaso esses animais inexistiam na Campanha rio-grandense? Em relação a estes últimos, eram sim criados na região, mas em uma escala tão insignificante que torna a análise da flutuação de seu valor insegura. Para se ter uma idéia, apenas 161 muares foram inventariados ao longo de toda a década de 1880<sup>36</sup>, frente às 54.870 cabeças de gado vacum do mesmo período. Mas a questão não é apenas numérica, tendo em vista serem os ovinos e, mais ainda, os eqüinos também muito representativos. O privilégio dado ao rebanho vacum ao longo deste trabalho se explica pela esmagadora representatividade de seu valor sobre todos os outro rebanhos<sup>37</sup>. Essa é uma permanência entre as duas décadas analisadas, como demonstram os gráficos a seguir:

### GRÁFICO 5



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

<sup>36</sup> Sempre que nos referirmos, ao longo deste trabalho, à década de 1870 ou à de 1880 estamos tratando de uma amostragem, como já apontamos, onde os processos abertos em anos ímpares foram excluídos.

<sup>37</sup> A representatividade numérica do rebanho bovino sobre os demais não é apenas em relação ao valor, ela também é percebida na dimensão dos rebanhos, apesar de em menor incidência. Na década de 1870 o gado bovino representava 77% do rebanho inventariado, mantendo essa predominância na década de 1880, porém com um índice inferior, 71%.

## GRÁFICO 6



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Ao longo deste texto trabalhamos privilegiadamente com índices médios, com a composição “típica” do patrimônio produtivo de um estabelecimento rural, a exemplo do que fez Juan Carlos Garavaglia em seu trabalho sobre a Campanha *bonaerense*. Ao apresentar o estabelecimento “típico”, o autor justifica sua opção:

Comenzaremos para ello con una ficción, es decir, presentaremos los datos promedio para todo el período, todas las áreas y todas las unidades productivas. Esta ficción, que llamaremos en este estudio *establecimiento “típico”* nos servirá de modelo-test para comenzar el tratamiento del resto de la información de modo comparativo. Es obvio que algunas pocas unidades productivas de determinadas áreas y en algunos períodos se asemejan efectivamente a este *establecimiento “típico”*, [...].<sup>38</sup>

Após a construção do que Garavaglia chamou de uma “ficção”, qual seja, a construção do “típico” a partir de médias aritméticas e percentuais, podemos lançar mão de outras perspectivas a fim de enriquecer a análise desse objeto. A seguir, ao tratarmos da estrutura fundiária da região analisada, teremos a oportunidade de nos aproximarmos de alguns estabelecimentos “concretos”, já que, conforme o mesmo Garavaglia, “el lector puede comenzar a preguntarse con toda justicia cuál es la relación entre este modelo y los establecimientos concretos de los diversos períodos y de las distintas áreas que hemos trabajado.”<sup>39</sup>

<sup>38</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 131.

<sup>39</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 132.

## **A terra: o legado da imprecisão**

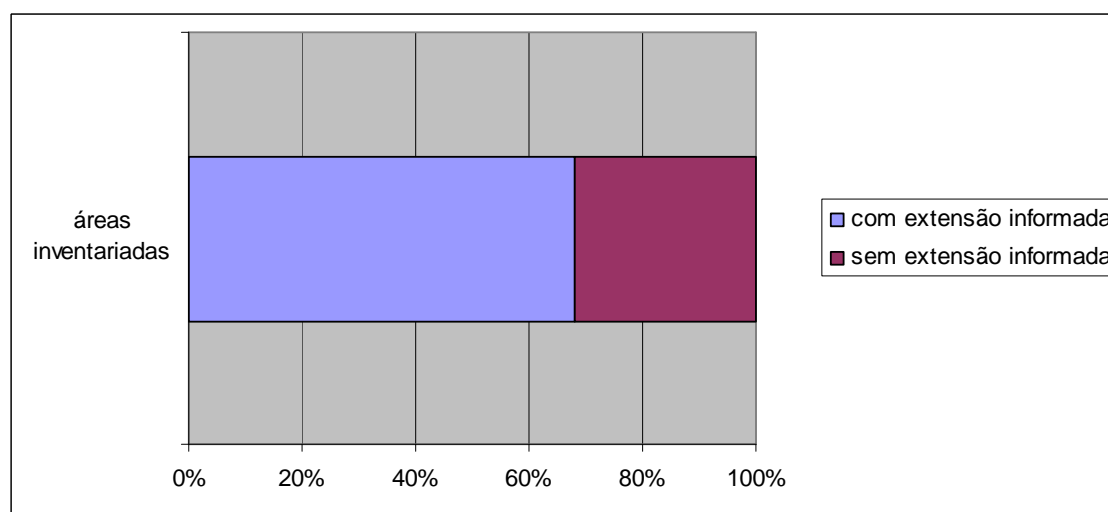
Como já apontamos, mais da metade de toda a riqueza inventariada no período refere-se à terra e se considerarmos todos os bens de raiz, ou seja, campos e benfeitorias, a proporção eleva-se para dois terços. Esse é o grande legado do período. Apenas um terço de uma herança, em média, não se refere aos bens de raiz, o que justifica que analisemos detidamente este bem. Que terras são legadas? Qual sua extensão? Isso é informado? Que benfeitorias são necessárias incorporar a um campo para um bom manejo do rebanho? O que era recorrente? O que aparecia raramente? Analisemos, então, o bem mais valioso e valorizado entre todos os que compunham a riqueza ou a pobreza de um inventariado: a terra.

Nas duas últimas décadas do período imperial foram legadas 228 frações de terra nos municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. Na descrição das terras inventariadas, podemos ter acesso a informações como sua extensão e forma de apropriação e, mais raramente, sobre a qualidade dos pastos e se o campo é cercado parcial ou totalmente. A localização do campo também pode aparecer, mas também esse é um dado raro e, quando presente, muito difícil de ser trabalhado, devido à forma extremamente imprecisa como é declarado. Muitas terras foram legadas simplesmente em valor. Na descrição dos bens, entre os de raiz pode constar apenas “um campo neste município”, sem maiores informações, fato que em absolutamente nenhum dos inventários analisados foi questionado por qualquer um dos interessados ou pelos demais envolvidos no processo. Isso significa que títulos de domínio, ou seja, as partilhas, muitas vezes foram geradas sem rigor ou de forma sistematicamente imprecisa, o que gerava situações potencialmente desencadeadoras de conflitos fundiários nos anos subsequentes à divisão dos bens.

Nosso objetivo aqui é analisar exaustivamente o modo como a terra foi descrita antes de ser avaliada e legada, no período em questão. Buscamos interrogar não apenas as informações que esses processos revelam, mas também suas lacunas, assim passaremos a expor todas as informações que nos foram possíveis quantificar, sempre considerando a margem de omissão de informação em cada quesito. Assim, podemos tecer conjecturas com base nos dados revelados, mas também sobre o que não nos foi dado conhecer, bem como buscar entender as motivações dos silêncios e imprecisões, os quais, a exemplo dos dados, não são produzidos por sujeitos despídos de intenções, interesses e estratégias. Cabe ponderar que, se por um lado, reconhecemos a imparcialidade dos sujeitos envolvidos na produção da fonte documental que analisamos, por outro também não se pode imputar a esses atores uma racionalidade própria de nossa contemporaneidade e estranha àquela sociedade. Nem sempre plenos de racionalidade, como todos nós, detentores de uma racionalidade própria de seu tempo e de informações e saberes distribuídos de forma desigual, dependendo do lugar social ocupado por cada um, aqueles sujeitos, na maioria dos casos homens, que produziram as fontes que estão sendo aqui analisadas, possuíam possibilidades e expectativas. Buscaremos não perder isto de vista ao longo de nossa análise.

Uma primeira aproximação com a forma de perceber esse espaço e declará-lo para fins de avaliação e herança, pode ser feita através da questão da extensão dos campos inventariados. Na maioria dos casos essa informação esteve presente, nem sempre de forma precisa, mas talvez a necessidade de avaliação explique porque a maior parte dos campos tenha sido legada com extensão pelo menos aproximada. Um rebanho era avaliado com base na qualidade dos animais, mas, acima de tudo, no número de cabeças de gado que o compunham. Algo similar acontecia com a terra, que era avaliada a partir da qualidade de seus pastos, existência ou não de rios, sangas ou matos, da existência ou não de cercas de pedra ou arame, mas, acima de tudo, através de sua área. Esta foi informada através de diferentes medidas agrárias. O gráfico 7 revela os índices de informação do quesito extensão das terras inventariadas, ao longo do período estudado.

**Gráfico 7**  
**Proporção de terras inventariadas com informação de extensão**  
**(1870-1891)**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS.

Através do gráfico 7 percebemos que a maior parte das terras foram legadas com informação acerca de sua extensão, o que se justifica, evidentemente, como já apontamos, pela necessidade de avaliação dos campos. Mas outro aspecto não menos importante é que essas declarações serviram de base para a geração de títulos de propriedade, ou seja, as partilhas. Os herdeiros ou qualquer interessado tinha, através do inventário, as informações acerca do campo que recebeu em legítima de seus pais, avós ou demais legatários. Nesse sentido, causa espanto o índice de quase um terço, ou 32%, de terras legadas sem absolutamente nenhum tipo de informação acerca de sua extensão. Nesses casos os herdeiros receberam um campo em valor, apenas. E estamos tratando das décadas finais do período imperial, distantes já da promulgação da Lei de Terras de 1850 e seu Decreto de 1854, os quais exigiam medição e demarcação das terras possuídas sob qualquer título sob pena de, em caso de descumprimento das prerrogativas legais, estas retornarem ao domínio do Estado, ou seja, tornarem-se devolutas.

A não informação da extensão da terra inventariada não foi uma prática reprimida e nem ao menos questionada. Há um silêncio absoluto em todos os processos que se enquadram nesse perfil, seja por parte dos herdeiros, credores ou membros do judiciário: não foi uma lacuna questionada.

Além das frações de terra legadas que não trouxeram nenhum dado acerca de sua extensão, entre as que vieram acompanhadas desse tipo de informação, nada menos do que 22% delas apresentaram, ao final da descrição, o termo “mais ou menos”. Em números absolutos são 251 frações das quais 81 foram legadas sem informação da extensão, e entre as 170 que apresentaram este dado, 38 trouxeram com ele o termo citado, o qual não deve passar despercebido nessa análise. Declarar “meia quadra de sesmaria” ou “meia quadra de sesmaria mais ou menos” são atos diferenciados. Mesmo que no primeiro não haja a certeza absoluta da dimensão a ser partilhada, no segundo assume-se essa incerteza formalmente, frente aos demais herdeiros, aos membros do judiciário e, acima de tudo, semeia-se uma incerteza, que poderá ser reproduzida nas vendas e partilhas que sucederem a que está sendo realizada. O termo “mais ou menos”, quando presente na descrição e avaliação dos bens era reproduzido já na partilha daquele inventário. “Duas léguas mais ou menos”, divididas entre quatro

herdeiros, na partilha tornavam-se quatro frações de “meia légua mais ou menos”. Se um dos co-herdeiros desejasse vender sua legítima, o faria com base nessa partilha. A imprecisão era legada e comercializada, juntamente com a terra.

No entanto, esse mesmo fenômeno não se reproduzia nos balcões dos *bolichos*<sup>40</sup> de beira de estrada, locais de consumo, venda e crédito. Um morador da Campanha necessitado de uma erva-mate para seu chimarrão não solicitava “um pouco de erva” ou “dois quilos de erva, mais ou menos”, e se assim procedia, o registro dessa transação excluía qualquer imprecisão. As dívidas com esses *bolichos*, frequentemente apresentadas pelos credores após a abertura do inventário a fim de que os herdeiros saldassem a dívida, era anotadas precisa e sistematicamente em folhas específicas para este fim. Ali era registrada a data da compra, o produto, seu peso e valor, bem como outras características complementares, as quais podiam ser, no caso dos tecidos, por exemplo, a cor, se eram estampados ou lisos. Algumas vezes também constava quem havia realizado a compra, principalmente se por terceiros que não o chefe da família (um de seus peões ou escravos, por exemplo).

A precisão com que a erva-mate é pesada, em frações de quilo, assim como os tecidos são medidos em metro em um *bolicho* de campanha contrasta com a imprecisão com que a terra é legada e/ou comercializada entre os membros dessa mesma sociedade. Mas por que essa diferença tão gritante? Como frações de terra são comercializadas ou legadas sem serem medidas, com omissão da extensão ou sua informação imprecisa? Como isso acontece sem gerar espanto entre juízes, herdeiros, inventariantes e compradores? A mesma família que compra meio quilo de erva-mate ou açúcar, o mesmo *bolicheiro* que as pesou, compram, vendem e legam terras com pouca ou nenhuma informação sobre a área superficial. O sistema métrico é aplicado seletivamente pelos habitantes da Campanha? É inegável o conhecimento do mesmo e sua aplicação cotidiana nas transações comerciais de mercadorias de uma casa de comércio. Não se vende “um pedaço” de tecido como se vende “uma parte de terra”.

No dia 15 de outubro de 1886, Domingos Cavalli, residente no terceiro distrito do município de Alegrete, dirigiu-se até a casa de comércio Farias & Almeida, onde adquiriu os seguintes produtos: 2 dúzias de botões, 7e ½ kg de açúcar branco, 1 barra de sabão com 3.672 gramas, 1 dúzia de velas, 1 garrafa de canha (aguardente). Sua compra ficara registrada em detalhes na conta que tinha neste *bolicho*<sup>41</sup>: quantidades, descrições dos produtos e valores. Esta não foi uma transação atípica entre Domingos Cavalli e Farias & Almeida, que mantinham relações comerciais comprovadamente desde agosto daquele ano, conforme documentos anexados no inventário da esposa de Cavalli. Nas vinte e duas vezes que esteve naquele estabelecimento comercial, repetiu-se um padrão de negociação exemplificado acima. Aparentemente a casa comercial Farias & Almeida não estava habituada a vender “uma porção de botões” ou simplesmente “açúcar”. Os botões, as velas e a garrafa de canha foram contados, e registrados em unidades enquanto que o açúcar e o sabão foram pesados e registrados em quilos e gramas.

Neste mesmo ano, 1886, foi aberto o inventário de Maria Joaquina Gomes<sup>42</sup>, residente no local denominado “Rincão de São Miguel”. Na descrição dos bens deixados pela inventariada consta uma área de terras, a ser legada entre seus herdeiros, descrita da seguinte forma: “uma parte de campo sito no 1º distrito deste termo, no 14º quarteirão, havido por herança do pai da inventariada avaliada então em 32 contos de réis a légua”. O que temos aqui? A localização aproximada do campo, sua forma de aquisição e seu valor no ano que foi legado à Maria Joaquina. Porém não há absolutamente nenhuma informação acerca da extensão do campo. E o valor, como refere-se a um período anterior e não informado, não

<sup>40</sup> *Bolicho*: termo usado na Campanha riograndense para designar pequenas casas de comércio localizadas na zona rural, as chamadas *pulperías* na região platina.

<sup>41</sup> Inv. 553, mç. 1, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1886, APERS.

<sup>42</sup> Inv. 120, mç. 4, Cartório Cível e Crime, Alegrete, 1886, APERS.

permite que cheguemos a uma área aproximada. Não sabemos a extensão exata ou aproximada do campo legado neste inventário. Seus herdeiros receberam um campo com uma localização aproximada e em valor. Em caso de venda, poderiam comercializar o que lhes tinha sido legado: uma área imprecisa de terra.

Já Domingos Cavalli, no dia 13 de setembro de 1886, voltava para casa com algumas compras realizadas na mesma casa de comércio citada. Esse foi um dia de especial fartura e, entre os bens adquiridos, vários tecidos, precisamente medidos e descritos: 2,5 metros de pano merino, 5 metros de morim, 8 metros de alpaca, 2 metros de pano merino, 1 metro de chita fina, 1 metro de chita fina preta.<sup>43</sup>

Se, por um lado, isso refuta a imagem de um mundo rural arcaico e avesso à incorporação de novas formas de comércio, por outro salienta uma grande contradição entre a precisão e imprecisão das medidas dos bens comercializados. A resposta a isso pode ser uma aparente, mas só aparente, obviedade: a terra não era percebida enquanto mercadoria na mesma medida que a erva-mate ou o tecido, por exemplo.

Estamos tratando de práticas de comércio e transmissão de propriedade em um mesmo período e região, entre os mesmos agentes. A imprecisão com que a terra é comercializada e legada não se deve, absolutamente, a um “caráter arcaico” dessa sociedade. No mundo rural pampeano o sistema métrico não é desconhecido. Ele simplesmente é pouco ou nada aplicado nas transações que envolvem a terra<sup>44</sup>. Isso talvez se explique pelo simples fato da terra ainda não ter adquirido, naquele momento, o caráter pleno de mercadoria. O processo de mercantilização da terra estava em andamento e, gradativamente, as transações que a envolvem tendem a ser mais precisas do que foram nos primeiros anos do Império. Mais precisas, porém não plenamente. A terra, no alvorecer da República (1889), ainda era comercializada e legada de forma imprecisa, como podemos perceber através da análise dos inventários *post-mortem* referentes ao ano de 1890.

Joaquim Pereira da Luz faleceu em 1890<sup>45</sup> e legou para seus herdeiros uma chácara, assim descrita: “uma chacara no suburbio desta cidade, com um pequeno terreno com o cercado de arame caído, a casa em mau estado, sem arvoredo”. Terra e benfeitorias são descritas conjuntamente e não há informação nenhuma sobre a extensão de sua chácara. Estamos na República e Joaquim Pereira da Luz deixa simplesmente uma chácara para seus herdeiros. Não sabemos qual o alcance da herança colonial no que diz respeito à imprecisão dos campos legados, bem como à prática de avaliá-los conjuntamente com as benfeitorias, como neste caso, já que nossa análise termina justamente nesse período de transição do Império para a Primeira República. Mas podemos afirmar, com certeza que, ao menos na região estudada, ela pode ser percebida ao longo de todo o período imperial.

Há outra variável, não menos importante, a ser considerada quando tratamos da forma imprecisa pela qual a terra é comercializada e legada, nesse momento. A imprecisão pode também ser uma estratégia para ampliação de domínios sobre terras vizinhas ou devolutas. O recorrente “mais ou menos” incluído após a informação de uma aproximada extensão da terra pode ser mais do que o desconhecimento de sua área. Pode sugerir uma opção por não limitar a propriedade a uma extensão precisa. Uma quadra de sesmaria será fracionada, entre herdeiros, como *uma quadra de sesmaria*. Gerando títulos de domínio (a partilha) sobre uma fração precisa de quadra de sesmaria. Mas uma quadra de sesmaria “mais ou menos”, avaliada

<sup>43</sup> Inv. 553, mç. 1, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1886, APERS.

<sup>44</sup> Entre as 255 frações de terra legadas entre 1870 e 1891, segundo nossa amostragem, 169 trazem a informação de sua extensão e destas apenas 16 são informadas através do sistema métrico decimal. Todas são em metros quadrados, nenhuma em hectare. A primeira declarada dessa forma data de 1874 e as demais são assim distribuídas no tempo: 1876, 1878, 1880, 1882, 1882, 1882, 1884, 1884, 1886, 1888, 1890, 1890, 1890, 1891 e 1891.

<sup>45</sup> Inv. 59, mç 3. Provedoria. Alegrete, 1890. APERS.

e partilhada entre os herdeiros, gera o título de domínio sobre *uma fração de quadra mais ou menos*.

A imprecisão é legada juntamente com a terra, o que possibilita que os seus sucessores, entre eles geralmente o inventariante, responsável pela descrição, dilatam seus domínios sobre terras alheias. Isso também é favorecido pela escassez de informações no que se refere à localização das terras legadas. Uma “parte de campo” com “meia légua mais ou menos”, localizada “entre os rios Caverá e Ibirapuitã” pode ser muitas coisas, ter diversas áreas e localizações... Isso vai depender do poder que o legatário tem de fazer seus campos avançarem ou não sobre os demais, bem como de se estabelecer favoravelmente em locais propícios, a fim de otimizar o desenvolvimento de sua(s) atividade(s) produtiva(s). Quando afirmamos que a imprecisão possibilita esse tipo de estratégia, de expansão de domínios, não estamos concluindo que toda omissão tenha sido intencionalmente gerada para este fim, o que seria rasteiro e equivocado. Mas podemos supor que, muitas vezes, tenha sido utilizada para este fim, principalmente se cruzarmos esse fenômeno com as motivações dos conflitos fundiários desencadeados no período, a maioria deles tendo como base justamente a imprecisão dos legados e escrituras de compra e venda. A imprecisão gerou conflitos e disputas em um momento de transição no qual, nunca é demais lembrar, o processo de mercantilização da terra estava em andamento. A gestão desses conflitos poderia acontecer muito antes, há dez, vinte, trinta anos atrás, em uma descrição de bens ou na partilha de um inventário. E é interessante perceber que no alvorecer da República não só esses conflitos, decorrente de uma imprecisão pretérita, estavam acontecendo, mas também a própria gestão de novos conflitos continuava a ser feita, a exemplo das décadas anteriores.

Em 1890, *Dona Rosa Caminha Ferreira Bicca* morre deixando dez filhos. Ao contrário de Joaquim Pereira da Luz, citado acima, que legou apenas a chácara e uma carreta, Rosa Bicca deixou para seus filhos um rebanho de mais de mil cabeças e um razoável pedaço de campo: catorze quadras de sesmaria *mais ou menos*. A imprecisão não parecia se nortear pelo montante da herança. Joaquim e *Dona Rosa*, ele um pequeno chacareiro dos subúrbios da cidade, ela, além do título de distinção, carregava o sobrenome Bicca, grandes estancieiros estabelecidos no local denominado “Itapororó”. A imprecisão, no caso dos campos de *Dona Rosa*, não se explica pelo desconhecimento dos avaliadores, já que um deles, Basílio de Oliveira Bicca, pertencia a sua parentela. Pode-se relativizar o uso do termo *mais ou menos* como indício de imprecisão para algumas medidas, principalmente as que se referem a pequenas superfícies, como a braça de sesmaria (equivalente a 1,45 ha). Realmente, em “catorze braças de sesmaria *mais ou menos*” a margem de imprecisão sugerida é pequena. A descrição, evidentemente, não precisa ser verdadeira, mas verossímil aos olhos do judiciário e demais partes interessadas no processo. Assim, “catorze braças de sesmaria *mais ou menos*” podem se tornar, por ardilosos caminhos, através de uma escritura de compra e venda futura, 16, 18 braças de sesmaria, mas dificilmente 30, o que significaria, no caso da adoção de uma estratégia de incorporação de terras alheias ou devolutas, uma expansão de poucos hectares. Já com o campo descrito no inventário de *Dona Rosa* a situação é completamente diferente. Catorze quadras de sesmaria equivalem a 1.219,68 hectares. Legadas de forma imprecisa possibilitam a incorporação de uma porção de terras razoável. Suponhamos que sejam incorporados 100 hectares: 10% das frações legadas no período analisado não atingiam essa extensão. Se a imprecisão assemelha os casos de Joaquim e *Dona Rosa*, outro elemento os distingue, além dos bens possuídos: Joaquim não possuía filhos e sua irmã foi sua única herdeira. Não havia disputa dessa herança. Já *Dona Rosa*, como já foi dito, deixou dez filhos entre 1 e 18 anos. Na medida em que atingiram a maioridade, receberam de seu tutor, provavelmente seu pai, a fração de campo que lhes coube em legítima materna: “0,7 quadras de sesmaria mais ou menos”. Esses filhos e seus cônjuges teriam que definir, nos anos subsequentes à partilha, não só a localização de sua fração de campo, mas onde terminava a

imprecisão de um e onde começava a do outro. Caso algum decidisse cercar o seu campo, esse seria o momento de definir precisamente a propriedade de cada co-herdeiro. Inúmeros conflitos foram desencadeados dessa forma e, por não terem sido solucionados dentro da parentela, chegaram até nós por terem sido mediados pelo Estado.

Mas, lembremos: este é um momento de transição. Nele encontramos as declarações precisas e imprecisas, bem como a incorporação de novas práticas ao mesmo tempo em que as antigas permanecem. Não há uma evolução linear nessa narrativa, porque tampouco é linear a “grande obra da propriedade”<sup>46</sup>. Aqui, tratando-se do processo de mercantilização da terra, ao nos aproximarmos dessa sociedade, buscando entender a forma como seus agentes manejaram os novos elementos que se apresentavam e o choque destes com as conhecidas práticas sociais, há de se reconhecer que as relações estabelecidas possuem um ritmo próprio, diferenciado, difícil de apreender. Buscamos, acima de tudo, nos aproximarmos dessa sociedade através dos indícios deixados nas fontes analisadas. Pequenos indícios, não apenas os dados quantitativos. Quantificar sim, mas sem abdicar da possibilidade de uma observação em escala diferenciada, através da qual podemos perceber elementos que em uma análise macro passariam despercebidas<sup>47</sup>. Por isso trazemos ao leitor os dados numéricos, os índices e os critérios de coleta, mas também o caso único<sup>48</sup>. Ele nos diz muito. Como o Joaquim Pereira da Luz, Dona Rosa Bicca e de Adelaide Ribeiro da Cunha, que passaremos a apresentar: nele essa transição a qual estamos nos referindo aparece claramente<sup>49</sup>.

Adelaide falecera no ano de 1890, no segundo distrito do município de Alegrete, deixando um rebanho de 1.500 cabeças de gado bovino e uma fortuna de aproximadamente 8.000 libras esterlinas. Entre seus bens, quatro frações de campo, o que aqui nos interessa investigar:

[a] Uma parte de campo no segundo districto deste Termo, contendo tres quartos de legoa *mais ou menos*, no lugar denominado Jacaquá, ainda não medido, havido por compra

[b] Uma outra parte de campo, no segundo districto deste Termo no lugar denominado Lageado, contendo a area superficial de *mais ou menos* de tres quartos de legoas

[c] Uma outra parte de campo denominada Capella, na sesmaria de São João, a margem esquerda do Jacaquá, cuja area é calculada em quadra e meia

[d] Uma outra parte, no Rincão de São Miguel no decimo quarto quarteirão do primeiro Districto deste Termo, contendo vinte e quatro quadras de sesmaria, medido extra-judicialmente.<sup>50</sup>

---

<sup>46</sup> Para uma abordagem da propriedade como um processo contínuo e não-linear, ver : CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007, p.250.

<sup>47</sup> REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 203-224. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

<sup>48</sup> REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>49</sup> Inv. 591, mç. 44, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1890, APERS.

<sup>50</sup> Sem grifos no original.

Na citação acima podemos perceber que apesar de tratar-se de um mesmo inventário, as descrições não possuem um mesmo padrão. Um dos fatores explicativos é que as próprias frações de terra não foram, ao longo da vida de Adelaide, tratadas da mesma forma. Enquanto que a fração “d” já fora medida extra-judicialmente, as demais ainda não receberam o mesmo tratamento. Outro elemento, muito comum entre os casos analisados: o uso de mais de um tipo de medida agrária em um mesmo inventário: duas frações são descritas em léguas e duas em quadras<sup>51</sup>. A imprecisão, sugerida pelo termo *mais ou menos*, aparece em duas das quatro frações. Até aí nada de novo, porém em uma delas (fração “a”) o inventariante a justifica: “ainda não medido”. No inventário não há nenhum questionamento acerca da imprecisão da declaração, como nunca houve em absolutamente nenhum dos processos analisados, mesmo assim, por algum motivo, neste, o inventariante decide justificar-se. No entanto, as frações “a” e “b” foram legadas e partilhadas com uma extensão aproximada. Juntas somam nada menos do que 6.534 hectares “mais ou menos”. Os treze filhos de Adelaide herdaram a terra e também essa imprecisão. Manteriam um consenso ao longo de suas vidas? Comercializariam a imprecisão? Dariam abertura a processos de despejo ou ações possessórias? Podemos supor que as 24 quadras de sesmaria, medidas extra-judicialmente antes da morte de Adelaide, tenham causado menos problemas aos herdeiros no momento da divisão dos quinhões.

Aquela sociedade, que há algumas décadas pôde receber terras em mercê, da Coroa portuguesa, medi-las “a olho” e comercializá-las sem muito rigor, gradativamente será pressionada a dar respostas a uma nova ordem que se impunha. As exigências legais, como vimos, foram sistematicamente descumpridas. Aquelas pessoas tinham, além das novas leis, práticas costumeiras<sup>52</sup> a considerar em todas suas trocas, fossem elas comerciais, matrimoniais ou de qualquer espécie. A forma de medir as coisas a serem legadas ou comercializadas variou dentro de um mesmo período, entre os mesmos sujeitos sociais. Havia uma prática diferenciada a ser exercida em relação à terra, que distinguia as transações que a envolviam das demais mercadorias. A terra era comprada, vendida, trocada, legada, mas não possuía o mesmo *status* de mercadoria do que os produtos expostos nas prateleiras dos *bolichos* rurais. Ela não era uma propriedade plena e individual, tal como a conhecemos hoje.

O comércio e transmissão da propriedade da terra por herança são práticas que, ao serem investigadas, tendem a nos revelar aspectos dessa fase de transição, na qual a contradição aparece em quase todos os atos. Era de se esperar que uma mercadoria, quanto mais valor possui, mais rigor exigisse em sua medição para uma transação comercial. Como entender que uma porção de terra, cujo valor é superior à soma de todas as mercadorias existentes em um *bolicho*, seja comercializada simplesmente como “um pedaço de campo”, em um mesmo momento no qual é possível adquirir cereais em frações de quilo? Em todo estabelecimento comercial rural, mesmo os mais simples, havia uma balança, passagem obrigatória dos produtos que entravam e saíam da casa. Também uma fita métrica para medir os tecidos, rendas e fitas comercializados. Porém, poucas vezes a terra foi legada, na Campanha rio-grandense, em metros quadrados. Isso ocorreu pela primeira vez em 1874,<sup>53</sup> e depois disso somente mais quinze frações de terra foram legadas com a extensão informada através do sistema métrico decimal. Apenas dez das 255 frações inventariadas, o que representa um número muito pequeno. Se analisadas isoladamente, poderíamos aceitar a explicação de que não havia informação, ou seja, eles não conheciam o sistema métrico decimal. Mas eles o conheciam: homens e mulheres livres ou cativos o manejavam

---

<sup>51</sup> Uma légua de sesmaria equivale a 4.356 hectares, enquanto que uma quadra de sesmaria ou uma quadra de campo equivale a 87,12 hectares.

<sup>52</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>53</sup> Inv. 365, mç. 29, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1874, APERS.

cotidianamente, embora não o aplicassem na medição da terra. Esta não era uma mercadoria como as outras.

\*

### Referências bibliográficas

- ARDENGI, L. G. (2007). *A questão da terra na ocupação do Norte: caboclos, ervateiros e coronéis*. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Orgs.). República Velha (1889-1930), Passo Fundo, Méritos. Vol. 3, Tomo 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul)
- CARDOSO, F. H. (2003). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CHRISTILLINO, C. L. (2004). *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriação e expropriações de terra na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*, São Leopoldo, UNISINOS. Dissertação de mestrado (mimeo).
- CONGOST, R. (2007). *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra de la propiedad”*, Barcelona, Crítica, 2007.
- FARINATTI, L. A. (2007) *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*, Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado (mimeo).
- FRADKIN, R. (1999). La experiencia de la justicia: estado, propietarios y arrendatarios en la campaña bonaerense. In: *La fuente judicial en la construcción de la memoria*, Buenos Aires, Suprema Corte de Justicia/ Universidad Nacional de Mar del Plata.
- FRADKIN, R. (2005) Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la historia regional. In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE Gabriela Dalla (ed). *Lugares ara la Historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*, Rosario, UNR Editora/Editorial de la Universidad de Rosario.
- GARAVAGLIA, J. C. (1989) Ecosistemas y tecnología agraria. Elementos para una historia social de los ecosistemas agrarios rioplatenses (1700-1830). *Desarrollo Económico*. 112 (28), Buenos Aires.
- GARAVAGLIA, J. C. (1993) Las ‘estancias’ en la campaña de Buenos Aires: los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. (Org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*, Buenos Aires, CEAL.
- GARAVAGLIA, J. C. (1999) *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*, Buenos Aires, Ediciones de la Flor.
- GARCIA, G. B. (2005) Chácara. In: MOTTA, Márcia (org). *DICIONÁRIO DA TERRA*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GARCIA, G. B. (2005). *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*, Porto Alegre, UFRGS. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- GARCIA, G. B. (2010). *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*, Niterói, UFF. Tese de Doutorado (mimeo).
- GELMAN, J. (1990). Sobre esclavos, peones, gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores en una estancia colonial rioplatense. In: SANTAMARÍA, Daniel et alii. *Estructuras Sociales y mentalidades en América Latina. Siglos XVII y XVIII*, Buenos Aires, FSR, Editorial Biblos. p. 241-279.

GELMAN, J. (1998). *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*, Buenos Aires, Editorial Los Libros del Riel.

LEVI, G (1998). Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, J.. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas. p. 203-224.

LEVI, G. (2000) *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MAYO, C. A. (1995). Gauchos negros: los esclavos de la estancia colonial. In.: *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*, Buenos Aires, Editorial Biblos. p. 135-150.

MOTTA, M. M. M. (2009). *Direito à terra no Brasil. A gestão do conflito (1795-1824)*, São Paulo, Alameda.

OSÓRIO, H. (1999) *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, Niterói, UFF. Tese de Doutorado (mimeo).

OSÓRIO, H. (1999). *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*, Porto Alegre, UFRGS. Dissertação de Mestrado (mimeo).

OSÓRIO, H. (2004). *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul. 1765-1825*. XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica, Universidad Nacional del Comahue, San Martín de los Andes, Neuquén.

REVEL, J. (2000) A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SAINT-HILAIRE, A. (2002) *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial.

SILVA, M. A. B (2004). *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)*, Porto Alegre, UFRGS. Dissertação de mestrado (mimeo).

SILVA, M. A. B. (2009). *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região da mata do Rio Grande do Sul (1889-1925)*, Niterói, UFF. Tese de doutorado (mimeo).

SOUZA, S. B. (1996). Propriedade rural na América Latina: a fronteira uruguaio-rio-grandense no século XVIII. In.: AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John Manuel (Orgs.). *Raízes da América Latina*, São Paulo, EDUSP.

THOMPSON, E. P. (1998) *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras.

ZARTH, P. A. (1997). *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*, Ijuí, UNIJUÍ.

ZARTH, P. A. (2002). *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*, Ijuí, Editora UNIJUÍ.

## **Fontes primárias**

### Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS):

Inventários *post-mortem*. 1870, 1872, 1874, 1876, 1878, 1880, 1882, 1884, 1886, 1888. 354 inventários dos Cartório de Órfãos e Ausentes, Provedoria e Cartório Cível e Crime. Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul.